



Os ministros do governo Temer que foram parlamentares e suas ocorrências judiciais

Levantamento feito em 12 de maio de 2016

site Excelências e do sistema de busca do Supremo Tribunal Federal

cargo publico	Nome	Cargo	sigla	estado	Total de Ocorrências	Atualização	Resumo das ocorrências
senador	Romero Jucá	Planejamento	PMDB	RR	5	09/05/2016	É alvo de inquérito que apura crimes de responsabilidade. É alvo de inquérito que apura crime de falsidade ideológica, crime contra o patrimônio e contra a ordem tributária. É alvo de inquérito que apura crimes eleitorais. É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. Em apelação de ação civil pública, o MPF conseguiu anular uma portaria de responsabilidade do parlamentar, então presidente da FUNAI, que enquadrou servidores em categorias salariais superiores a que tinham direito. Os réus foram condenados a devolver aos cofres públicos as quantias recebidas irregularmente. O processo encontra-se suspenso em função de ação rescisória em andamento
senador	José Serra	Relações Exteriores	PSDB	SP	1	10/05/2016	É alvo de ação civil pública de improbidade administrativa com violação aos princípios administrativos, ajuizada pelo Ministério Público Federal. O senador responde por envolvimento em irregularidades no uso de recursos do PROER em favor do Banco Econômico, quando exercia o cargo de ministro do Planejamento.
deputado	Mendonça Filho	Educação	DEM	PE	3	01/04/2016	Em razão da posição de presidente regional do DEM em Pernambuco, o parlamentar é parte em processos que tiveram as contas do partido julgadas como não prestadas pela direção municipal de Ibirajuba (PE), para o exercício financeiro de 2014, Goiana (PE), para o exercício financeiro de 2014 e as contas da direção municipal de Trindade (PE), para o exercício financeiro de 2012.
deputado	Ricardo Barros	Saúde	PP	PR	3	23/02/2016	Foi condenado por fraude em venda de equipamentos da Prefeitura de Maringá, referente ao período que governou o município. Embora o negócio tenha sido fechado com o município de Luiziana, o comprador final foi um dos membros da comissão avaliadora dos equipamentos. A condenação foi mantida em segunda instância. Recorreu ao STJ, mas a condenação foi mantida. Condenado em segunda instância por danos causados aos cofres públicos em função de isenções tributárias ilegais que concedeu quando prefeito de Maringá. A Justiça determinou o ressarcimento do erário. O parlamentar inter pôs recurso, mas a decisão foi mantida. Chegou a recorrer ao STF, mas teve o recurso negado. O parlamentar é investigado por corrupção passiva, peculato e fraude em licitação para contratação de serviços publicitários para a Prefeitura de Maringá em favor da empresa Meta Propaganda. O processo corre sob sigredo de justiça.
senador	Blairo Maggi	Agricultura	PR	MT	3	04/05/2016	É alvo de ação de improbidade administrativa com dano ao erário movida pelo MPF. É alvo de duas ações civis públicas por improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso. O MPE-MT requer, entre outras sanções, que haja a perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio dos réus. O MPE-MT pede que os réus sejam condenados a ressarcir R\$ 61 milhões ao erário público.
deputado	Ronaldo Nogueira	Trabalho	PTB	RS	1	03/12/2015	Teve reprovadas as contas referentes à campanha eleitoral de 2014. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida
deputado	Osmar Terra	Desenvolvimento S	PMDB	RS	3	13/04/2016	O TCE constatou irregularidades em processo de contas referente ao exercício de 2009 da Secretaria Estadual da Saúde, à época chefiada pelo parlamentar. O Tribunal determinou a baixa de responsabilidade, com ressalvas, das contas de Terra, mas o condenou ao pagamento de multa. Ele entrou com recurso que não foi provido. O TCE constatou irregularidades em tomada de contas de 2003 da Secretaria Estadual da Saúde, da qual o parlamentar era responsável. O Tribunal determinou a baixa de responsabilidade, com ressalvas, das contas de Terra, mas o condenou ao pagamento de multa. Em prestação de contas aprovadas referente ao exercício de 1995 da Prefeitura de Santa Rosa, o TCE constatou irregularidades no pagamento de horas-extras cumulado com o de função gratificada a uma servidora pública, e em correções realizadas sobre aditivo de contrato. O parlamentar entrou com recurso, que foi provido em parte; mas a irregularidade no pagamento das horas-extras foi mantida.
deputado	Sarney Filho	Meio ambiente	PV	MA	1	16/03/2016	Foi condenado a pagamento de multa em representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por prática de conduta vedada. Parlamentar recorreu e a decisão foi mantida.
Deputado	Bruno Araújo	Cidades	PSDB	PE	0	07/12/2015	
Deputado	Maurício Quintella	Transportes	PR	AL	2	09/12/2015	É alvo de inquérito que apura peculato. Foi condenado por improbidade administrativa com dano ao erário e enriquecimento ilícito. De acordo com a sentença, o parlamentar participou de esquema para fraudar licitação para aquisição de merenda e transporte escolar em troca de propina, no período em que ocupou o cargo de secretário estadual de Educação.
Deputado	Raul Jungmann	Defesa	PPS	PE	2	18/12/2015	É alvo de ação movida pelo Ministério Público por dano ao erário causado por dispensa irregular de licitações. É alvo de ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público.
Deputado	Leonardo Picciani	Esporte	PMDB	RJ	1	24/11/2015	É alvo de representação (sob sigredo de justiça) por captação e gastos ilícitos na campanha de 2014 com pedido de cassação de diploma.
Deputado	Fernando Bezerra	Minas e Energia	PSB	PE	0	17/12/2015	